



ORIENTE MEDIO

Resistência palestina

Uma ameaça aos planos do imperialismo

*Cecilia Toledo
de São Paulo*

Desde o assassinato do primeiro-ministro Yitzak Rabin, em novembro do ano passado, quando o Partido Trabalhista perdeu seu político mais hábil e de maior credibilidade, e das eleições de maio deste ano, nas quais Shimon Peres levou os trabalhistas à sua segunda grande derrota (quem venceu foi Benjamin Netanyahu, do direitista Likud), o processo de paz patrocinado pelo imperialismo nos últimos cinco anos está enfrentando graves problemas. Os dois acordos anteriores, assinados em 1991 em Madri, um entre Israel e a OLP e outro entre Israel e Jordânia, não vingaram. Por isso, em 1993 e 1995, em Oslo, ficaram acertados outros acordos, cuja base era a troca de terras por paz. Em seguida vieram as negociações entre Israel e Síria, e, em troca, a decisão de vários estados árabes de estabelecer relações diplomáticas com Israel. Como os palestinos tiveram um primeiro acesso à autonomia em Gaza e Jericó, mesmo com Arafat jogando todas as fichas nos acordos, o dirigente da OLP vem enfrentando problemas graves em sua frente interna.

O assassinato de Rabin e a derrota eleitoral do Partido Trabalhista mostram o peso dos grupos de ultra-direita em Israel e, também, como é difícil passar a

as mãos de seus dirigentes e dividem politicamente o país diante das negociações de paz, quando elas implicam algum tipo de autonomia aos palestin-

nos, ainda que totalmente limitada como a negociada em Oslo.

Por isso, apesar das diferenças, sobretudo na forma de conduzir a negociação com os palestinos, tanto Peres quanto Bibi têm um ponto em comum: ambos querem obrigar os palestinos a aceitar o seu confinamento a territórios limitados e vigiados pelo estado israelense, no melhor estilo dos antigos bantustões sul-afri-

canos. No entanto, a diferença é que Netanyahu foi eleito em cima de um programa de ainda maior ataque à já frágil autonomia palestina acertada antes nos acordos de Oslo.

O túnel da discórdia

A situação já estava tensa quando Netanyahu¹, explorando os sentimentos religiosos dos sionistas ultra-ortodoxos, abriu, no dia 25 de setembro, um túnel no quarteirão muçulmano de Jerusalém, paralelo ao Muro das La-



Shebabs voltam apedrejar os usurpadores de seu território

linha de negociação com a OLP, mesmo com todas as concessões e a verdadeira rendição aceita por Arafat em Oslo. Uma parte superior à metade da população israelense, representada pelo Likud, quer garantias de que não vai perder nenhum centímetro dos territórios roubados desde 48 e 67, e que os palestinos possam sequer ter um semi-estado seu e são representados.

As bases sociais de Israel, estado gendarme montado numa estrutura construída sobre a expansão e ocupação dos territórios palestinos, amarram

mentações. Ele inaugurava, assim, seu governo, e começava justamente por Jerusalém, a cidade mais disputada pelo sionismo e onde se decide a espinhosa questão do estatuto definitivo da Palestina.

A revolta não se fez esperar. Os shebabs, jovens palestinos, passaram a atirar pedras nos soldados israelenses que guardavam o túnel, lembrando a heróica Intifada. Mas, enquanto eram brutalmente reprimidos por tropas mistas da polícia, do Exército e da força anti-terrorista de Israel, aconteceu o que ninguém esperava: as forças de segurança palestinas, a postos para conter os shebabs, passaram a atirar contra os soldados israelenses. Os confrontos se estenderam a outras cidades, como Belém e Ramallah. Foram três dias seguidos de protestos, com um saldo de 59 palestinos e 15 israelenses mortos.

Netanyahu não contava com isso. “Essas armas, armas fornecidas pelo Estado de Israel, que para todos os efeitos deviam apontar contra o terror, estão sendo apontadas contra soldados israelenses”, vociferou. E, no dia seguinte, o próprio Arafat se encarregou de deixar claro aos combatentes palestinos que fará de tudo para que esse fato não se repita. Entre as exigências ultrajantes feitas por Bibi, ele pediu a Arafat que julgue os soldados palestinos que abriram fogo contra os israelenses durante os conflitos do túnel. Segundo o jornal Palestine Times (4/10/96), ele acedeu a Bibi e prometeu “tomar medidas disciplinares contra os soldados”.

A questão de Hebron já vinha mostrando a dificuldade de se implementar até acordos tão limitados quanto os de Oslo. Pelos acordos, as tropas israelenses de ocupação deveriam ter abandonado a parte árabe de Hebron em março. Já Peres havia adiado a devolução em função das pressões dos colonos às vésperas da eleição.

Mas a ultra-direita não admite nem sequer pensar nessa hipótese. “Renunciar a Hebron constitui uma declaração de guerra mundial, pois os judeus jamais perdoarão o abandono da Cidade dos Patriarcas por um primeiro-ministro, mesmo que ele se chame Binyamin Netanyahu”. A frase, pronunciada pelo próprio cunhado de Netanyahu, Hagai Ben Arzi, dá bem a di-



Jovens palestinos intensificam sua luta na Cisjordânia

menção do conflito, e resume a posição dos judeus ultra-direitistas de Israel, que acusam Netanyahu de ser “brando e débil” com os palestinos.

Para retirar suas tropas de Hebron ele passou a exigir garantias extras de segurança para os 450 colonos judeus que vivem em meio a 100 mil palestinos. Depois que a polícia palestina abriu fogo contra os soldados israelenses no confronto do túnel, Bibi passou a proclamar que se não obtivesse os tais ajustes adicionais de segurança poderia haver um massacre em Hebron. Durante o funeral de Hilmi Shosha, um garoto de 10 anos, morto com uma coronhada na cabeça por um colono israelense porque lhe atirava pedras, no dia 29 de outubro, os colonos judeus gritavam na cara dos palestinos “Hebron é nossa, seus cães”. E muitos davam vivas ao nome de Baruch Goldstein, o colono judeu que em 1994 abriu fogo numa mesquita de Hebron matando 29 palestinos que rezavam lá dentro. Isso acirrou o ódio dos palestinos aos colonos judeus, o que torna ainda mais complicada a devolução de Hebron sem que Israel instale aí uma verdadeira fortaleza armada para impor a presença dos colonos.

Por isso, ele quer a substituição dos fuzis automáticos dos policiais palestinos por pistolas, o que, diante das poderosíssimas armas do Exército israelense,

significa de fato o desarmamento dos palestinos. Quer criar zonas-tampão entre os enclaves autônomos palestinos e as colônias judaicas. Essas zonas poderiam ser, a qualquer momento, violadas por Israel, já que a outra exigência de Bibi é que, após a realocação militar, suas tropas sejam autorizadas a entrar nas partes sob controle palestino da cidade para “caçar” palestinos suspeitos. Chegou inclusive a propor que as ruas por onde passam os israelenses para chegar a Kyriat Arba (a colônia vizinha) façam parte do bairro judeu, que as estações de ônibus fiquem sob controle de Israel, que as forças israelenses mantenham presença no Túmulo dos Patriarcas, lugar sagrado para judeus e muçulmanos e que os palestinos sejam impedidos de construir escolas, clubes ou hospitais em certas partes da cidade.

Arafat pede ajuda americana e comemora a reeleição de Clinton

Arafat qualificou de “mais racista que o apartheid” o plano de Netanyahu. Apesar de sua disposição em aceitar qualquer coisa, já que como declarou, “a paz dos bravos vale enfrentar qualquer problema, vale todos os esforços”, engolir isso já seria igual a renunciar de fato à direção da Auto-

ridade Palestina e perder o controle sobre a OLP e as massas palestinas.

Mas, empenhado até a medula em salvar o plano de paz, como quer o imperialismo, Arafat declarou: "Estamos determinados a continuar na estrada de um novo Oriente Médio sem guerras nem violência, pelo bem de nossos primos, amigos e irmãos". E, numa clara demonstração de que quer a "paz" a qualquer preço com Israel, proclamou: "Temos de viver como vizinhos".

Por isso, enquanto qualifica Bibi e seu plano de "racistas", o líder da OLP não age de acordo com essa sua caracterização. E chega ao cúmulo da traição à Palestina ao afirmar, que, para superar o impasse, não se oporia ao envio de uma força americana para proteger os 450 colonos judeus que vivem em meio aos 100 mil moradores palestinos em Hebron. "Eu disse a eles (os israelenses): "Ok, se vocês não confiam nas unidades móveis conjuntas (de patrulha), se não confiam nos seus soldados nem nos nossos, ok, por que não pedir uma presença internacional com a participação do Exército americano?" sugeriu Arafat (O Estado de S. Paulo, 16/10/96). O mesmo jornal cita um funcionário da Liga Árabe, Saeed Kamal, que afirma que o líder palestino está disposto a aceitar até mesmo a duplicação dos soldados israelenses encarregados de proteger os colonos em Hebron em troca da desocupação da parte árabe da cidade.

Enquanto isso, em Washington, o imperialismo americano, o grande sustentáculo político e financeiro de Israel, buscava fazer com que o governo de Bibi não colocasse em risco os acordos de Oslo, algo que ele havia conseguido com Rabin no comando. A saída negociada com a colaboração dos dirigentes é a única que pode dar alguma estabilidade política e garantir a presença hegemônica americana na região, possibilitando um maior domínio no terreno econômico e das riquezas, numa região estratégica como é o Oriente Médio.

Os EUA querem obter uma associação entre a burguesia israelense, os governos e a burguesia dos países árabes para através desta aumentar seu controle sobre os setores estratégicos da economia, o que chama, clinicamente, de "rápido desenvolvimento econômico da região". "Os EUA continu-

arão oferecendo ajuda nesse longo e difícil caminho para a paz", disse Kemal Dervis, vice-presidente do Banco Mundial durante a Terceira Conferência Econômica do Oriente Médio e Norte da África. Essa Conferência, iniciada no dia 10 de novembro no Cairo, e que reuniu quase 5 mil funcionários e empresários dos 90 países que conformam essas duas regiões, tinha como objetivo preparar o terreno para atrair capital externo para aplicação em projetos de infra-estrutura, como irrigação, geração de eletricidade, ampliação de portos e construção de estradas. "Esse tipo de investimento é grande e de alto risco", disse Dervis.

Essa conferência faz parte da estratégia do imperialismo para o Oriente Médio. É a tentativa de aplicação do plano neoliberal pelo imperialismo em todo a região, cujas riquezas petrolíferas e localização estratégica (como o caso do Norte da África) a torna imprescindível para um processo de globalização da economia do meio oriente, que deverá ser, segundo os planos imperialistas, hegemônico por Israel, em estreita aliança com as multinacionais americanas.

Por isso, os EUA apostam nos acordos de Oslo para tentar garantir a paz na região. Fundamental nesse processo foi a reeleição de Clinton, saudada por todos os governos árabes, também embarcados nos acordos de Oslo. Quem mais festejou foi Arafat. "Estou muito feliz com a vitória de um amigo do povo palestino e sobretudo de um amigo da paz", disse, sem qualquer constrangimento. (O Estado de S. Paulo, 7/11/96).

Campo de espinhos para Bibi

No entanto, a revolta das massas e a divisão nas forças de segurança palestinas (são ao todo 30 mil policiais), com os soldados passando para o lado dos shehabs no conflito do túnel, assustou o imperialismo, obrigado a tentar uma nova mediação para salvar os acordos. Ao mesmo tempo, Bibi parte para a tática de fazer ameaças, como a anunciada Operação Campo de Espinhos para conter novos protestos. Tanques, helicópteros Cobra e pára-que-distas retomariam as cidades palestinas já devolvidas pelo acordo de paz. E mais: através de seu assessor, David Bar-Ilan, Bibi mandou um recado a Ara-

fat: "Se os incidentes recomeçarem, teremos de pensar em desarmar os policiais palestinos".

Mas, na verdade, é Bibi quem parece estar vivendo num verdadeiro campo de espinhos. Além de impedir a concretização dos acordos, a incidência da resistência palestina também está surtindo efeito dentro de Israel, com o aprofundamento da polarização social e política no país. Mostra disso foram as manifestações massivas ocorridas nos dias 28 e 29 de setembro em Tel-Aviv (50 mil pessoas) e Jerusalém (5 mil pessoas) nas quais os pacifistas israelenses pressionaram o governo a continuar o processo de paz. As manifestações, organizadas pelo movimento Paz Agora e assumidas pelo Partido Trabalhista tiveram como alvo certo o primeiro-ministro Netanyahu Bibi, xingado pela multidão de malandro ("pirchach"), idiota ("idiot") e "coveiro nacional".

Política de Bibi acirra polarização palestina

No dia 25 de outubro, um mês depois de ter aberto o "túnel da discórdia", Bibi anunciou a criação de mais uma colônia judaica na Cisjordânia, a colônia Modiin Ilit, que terá 4 mil moradores.

Essa nova ofensiva de Netanyahu e a postura sempre capituladora de Arafat acirram a polarização entre os palestinos. Por um lado está a corrente de Arafat, interessada na consolidação de um estado burguês palestino controlado pela OLP e Autoridade Palestina, e em conseguir um papel próprio, mesmo que seja subordinado e nos marcos dos planos do imperialismo. Essa postura leva a que ele seja a favor de concessões que se assemelham a uma rendição, e o força a reprimir os militantes da Intifada e do Hamas, e os combatentes de esquerda da OLP.

Por outro lado estão as massas palestinas, que, apesar de alimentarem compreensíveis esperanças numa paz negociada após tantos anos de guerra e massacres e de ainda estarem confiantes em sua direção tradicional, se deparam objetivamente a cada dia com as contradições entre o discurso de Arafat e a dura realidade da sanha assassina dos israelenses. Em particular, os shehabs e as milícias, tendem a se

chocar com os termos concretos do acordo, o que se expressa na força ascendente do Hamas e outros grupos guerrilheiros islâmicos, como a Jihad Islâmica, na Jordânia, e o Hezbollah, que enfrenta as tropas de Israel no sul do Líbano.

Para conseguir seu objetivo de construir um estado burguês palestino, ainda que aceitando a tutela israelense, para o qual conta com o apoio de seus parceiros, os governos da Jordânia, Síria, Egito e as demais burguesias árabes da região, Arafat precisa, antes de mais nada, garantir sua sobrevivência política, respondendo minimamente às aspirações das massas palestinas, que, com sua resistência, o obrigam a enfrentamentos com o sionismo que preferia evitar. Por isso, ao mesmo tempo que manda sua polícia reprimir os combatentes para evitar um retorno da Intifada, ele foi obrigado a convocar uma greve geral contra os planos de Israel de assentamento de novas colônias de judeus na Cisjordânia que paralisou por três dias todos os territórios ocupados por Israel.

Externamente, o líder da OLP busca apoio entre a França e a Noruega (esse país foi o patrocinador dos acordos de Oslo) para conseguir uma posição mais confortável frente à ofensiva de Israel e não ter de fazer tantas concessões a Bibi. A pretensão da Europa de retomar sua presença na região ficou evidente com a visita do presidente francês Jacques Chirac ao Oriente Médio em pleno desenrolar dos conflitos e despertou esperanças em Arafat. Essa visita faz parte da estratégia de alguns países europeus de reconquistar espaço político no Oriente Médio, que perderam primeiro na invasão de Suez em 56 (quando a França, Inglaterra e Israel foram obrigadas a recuar perante a pressão americana e soviética) e mais ainda depois da guerra dos Seis Dias, em 67, quando se consolidou a presença do imperialismo americano na região através da vitória de Israel.

Mais conflitos entre os "parceiros" do Oriente Médio

Se é tão difícil a retirada de Israel de Hebron, uma questão já acertada antes, que dirá as próximas etapas previstas em Oslo, que são muito mais complicadas: a criação de

uma passagem segura entre Gaza e Cisjordânia, a discussão sobre o status de Jerusalém, o direito de milhares de refugiados de voltarem para casa e o traçado das fronteiras.

Mas não é só na frente palestina que Israel está complicado. Entre essas questões, uma é mais urgente e está esquentando a cada dia: a pressão da Síria nos calcanhares de Israel para que devolva Golã. A ameaça do presidente Hafez Assad de fazer novas manobras militares nas imediações de Golã (em agosto

a Síria enviou brigadas de pára-que-distas para a região) levou Israel a aumentar em um milhão de dólares seu orçamento militar. Frente a Bibi, Assad inclusive mudou o discurso. Em vez de falar na paz como a opção estratégica, passou a declará-la como uma das opções estratégicas. Ou seja, a guerra seria a outra. Com isso, embora tampouco queira sair do processo começado com os acordos de Oslo, ele deseja pressionar Israel a avançar na devolução dos territórios ocupados em 67, o que

Dois estados: um projeto idílico

A manutenção de Israel e os acordos de paz levou a que todo um setor da esquerda passasse a apontar como saída mais realista a coexistência de dois estados, como se fosse possível a convivência pacífica entre usurpadores e usurpados. Com o abandono pela direção da OLP da posição fundacional pela Palestina laica democrática e não racista, muitos passaram a se limitar a defender o respeito à autonomia palestina e recomendar aos palestinos a negociação e a aceitação de Israel como fato consumado.

A realidade da nova rebelião palestina frente às provocações fascistas e racistas de Israel, como no caso do túnel de Jerusalém e da manutenção de Hebron e, sobretudo, na expansão dia-a-dia das colônias, confirmam o programa fundacional da OLP e a resolução histórica adotada pela IV Internacional, e que a LIT-QL continua a apontar como correta: não pode haver independência palestina, não pode haver respeito aos direitos nacionais e democráticos do povo palestino enquanto houver a presença do gendarme armado sionista. Um inviabiliza o outro.

Esse projeto idílico dos "dois estados" é bombardeado diariamente pelo próprio Estado de Israel. Bibi, em pessoa, se encarregou de deixar isso claro durante os conflitos: "a autodetermi-

nação (palestina) implicaria o direito a criar um Estado verdadeiramente independente, e isso é inviável". E continua: "quem está disposto a aceitar um Estado palestino vizinho a Israel exige que esse Estado seja desarmado e isso é totalmente contraditório com a noção de independência verdadeira". (O Estado de São Paulo, 16/10/96)

Por isso, qualquer posição que implique a aceitação realista de Israel e, portanto, os dois estados, tem como decorrência lógica entrar na discussão dos acordos imperialistas e fronteiras possíveis. É claro que exigências parciais são fundamentais na luta concreta como a exigência da retirada imediata dos territórios ocupados, mas devem estar como parte de um programa de luta que aponte a direção da destruição do estado racista de Israel e na construção da Palestina laica, democrática e não racista e na Federação Socialista dos povos do Oriente Médio.

A defesa da política dos "dois estados" significa a manutenção de Israel dominando política e militarmente a região, e o massacre diário das massas palestinas. Só a destruição de Israel poderá abrir caminho para a criação de uma Palestina laica, democrática e não racista, que aponte para uma futura Federação Socialista do Oriente Médio.

vai na contramão do discurso de Bibi.

Pelos acordos estabelecidos em Oslo, o prazo para as conversações terminaria em maio de 1999, quando seria assinado um novo tratado, pelo qual se estabeleceria o estatuto definitivo da Palestina. Mas do lado do próprio imperialismo, figuras de peso não acreditam que isso seja possível. Um importante assessor do ex-presidente George Bush para assuntos do Oriente Médio, Richard N. Haass, acha que "a era dos tratados no Oriente Médio chegou ao fim". Para ele, não há a menor possibilidade de que a meta de estabelecer o estatuto definitivo seja cumprida. Entre os obstáculos, a estreita vitória do Likud nas recentes eleições, que deixou à mostra o quanto Israel está dividido. "É impossível determinar que mandato, se é que tem algum, Netanyahu pode legitimamente reivindicar. Ele foi eleito por causa da frustração com uma paz que não garantia segurança absoluta e tem pela frente um mandato de quatro anos no qual fará todo o possível para consegui-la", diz, em artigo publicado no *Foreign Affairs* (nov.96).

Mas, para isso, terá de enfrentar a cada vez mais forte resistência das massas palestinas, o verdadeiro grande obstáculo para os planos de paz imperialistas. A continuidade dessa resistência é o que está levando a crise para dentro de Israel, expressa já em manifestações massivas, e é o que poderá fazer com que um setor das massas israelenses se incline pela retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados e a libertação dos presos políticos palestinos. O grande empecilho para que as massas palestinas enfrentem a política fascista de Bibi e terminem de dividir a população israelense, unam os combatentes do Líbano contra a ocupação sionista e do mundo árabe, é sua direção. Para isso, os combatentes palestinos não podem depositar qualquer confiança em Arafat; devem organizar sua própria auto-defesa e exigir suas próprias armas para que não dependam da polícia palestina. Uma direção que partisse dos combatentes da resistência vindo da Intifada, os shehabs e tenham uma política para derrotar o sionismo.

Ultra-direita: na base da criação do Estado de Israel

A mídia internacional tentou apresentar o assassinato de Rabin por um extremista judeu como um fato extraordinário, um relâmpago em céu sereno. Nada mais distante da realidade. Em primeiro lugar, a extrema-direita, ou seja, aqueles que não só pregam como agem para impor a expulsão total dos árabes da região e a definição da chamada Grande Israel (que incorporaria todas as terras da Palestina e Cisjordânia ao controle de Israel sob um discurso laico ou religioso), não surgiu nos últimos anos.

Desde a ocupação inglesa anterior à criação do Estado de Israel, em 1948, esses grupos existiram e foram os que deram origem aos partidos que nos anos 60 se unificaram no bloco Likud. Menachem Begin, antigo primeiro-ministro de Israel pelo Likud, assim como seu sucessor Moshe Shamir, foram ativos terroristas participantes desses grupos (Irgun, Stern e outros), responsáveis por massacres de palestinos civis, como o de Deir Yassin logo após a criação de Israel.

A partir de 1967, com a Guerra dos Seis Dias e a ocupação israelense da Cisjordânia e de Gaza sob o governo trabalhista, e, em particular, depois da chegada do Likud ao poder em Israel em 1977 (cuja vitória eleitoral, aliás, foi favorecida pela sustentação desses imigrantes) esses grupos foram estimulados e passaram a refletir um fenômeno social objetivo: a existência de um número importante de imigrantes judeus de origem oriental (os *mizrachim*), o setor mais pobre da sociedade israelense. Esses eram incentivados a construir colônias judaicas em terras palestinas ocupadas, o que por um lado servia como válvula de escape para as tensões sociais crescentes dentro de Israel, e, por outro servia para afirmar a presença de colonos judeus dentro de territórios totalmente povoados por árabes.

Na década de 70, o Gush Emunim, e, na de 80, o Kach, eram compostos em sua maioria por militantes oriundos dessas colônias, agora dispostos a tudo para defender as terras que haviam adquirido com o apoio do governo e que tinham medo de perder por causa de alguma negociação entre as cúpulas de seu país e os governos árabes. Somou-se a isso a presença de alguns imigrantes dos EUA de características lumpen, que vinham diretamente para participar da criação das colônias, como o rabino Kahane (fundador do Kach) e Baruch Goldstein (o colono que cometeu o massacre de Hebron) que se somaram a essa base social e trouxeram já posições abertamente nazistas ao movimento.

Com a conivência dos governos trabalhistas e do Likud, esses grupos puderam se manter e desenvolver quase livremente e, quando seus ataques terroristas chocavam a opinião pública internacional, as autoridades israelenses prometiam inquéritos que nunca terminavam, ou anistavam rapidamente os terroristas que eram, porventura, capturados. A polícia e o serviço secreto de Israel (considerado um dos melhores do mundo) jamais tratou de coibir o funcionamento de tais grupos, ao ponto de que, frente ao assassinato de Rabin, eles confessassem que não esperavam um atentado por parte de judeus contra o próprio primeiro-ministro israelense, apesar das repetidas ameaças que Rabin havia recebido, segundo declarou sua viúva.

Mas, o mais importante é que a existência desses grupos não é uma criação maquiavélica dos dirigentes de direita simplesmente. Eles vêm da própria origem do estado sionista e de sua lógica expansionista. São parte fundamental das bases sociais do estado sionista e da expansão permanente que é característica dos 50 anos de sua existência.

(Josef Well)

Ex-membro do Conselho Nacional Palestino ataca Arafat e os acordos de Oslo

"Com Oslo, o processo de paz entrou em uma fase nova e muito mais destrutiva. Longe de trazer a paz, ele trará mais sofrimento para os palestinos, as principais vítimas dessa manobra, e uma maior ameaça aos interesses de longo prazo do povo israelense". Assim resume o plano de paz imperialista assinado em Oslo Edward W. Said, professor da Universidade de Colúmbia e um dos mais eminentes intelectuais palestinos e crítico feroz da política imperialista para a Palestina. "Eu não acho errado ou exagerado dizer que Arafat e sua Autoridade Palestina se tornaram colaboradores da ocupação militar, uma espécie de governo de Vichy para os palestinos", afirmou Said, que foi membro do Conselho Nacional Palestino.

Said identifica na direção da OLP o principal problema para a luta palestina hoje e chama os palestinos a boicotá-la porque a considera uma "mera executora da ocupação". "É uma direção que não escuta, não quer mudar e só está interessada em manter suas posições no aparato e sua autoridade", disse Said em artigo publicado no jornal inglês *The Guardian*, intitulado "The lost liberation".

Said faz duras críticas ao grupo de Arafat: "É perturbador que o Conselho Nacional Palestino não tenha sido convocado para uma reunião e de que a terrível desestruturação provocada no Conselho pelos

métodos recentes de Arafat não tenha ainda sido resolvida. Duas semanas atrás os dois únicos membros realmente independentes do Comitê Executivo da OLP, Mahmoud Darwish e Shafiq al Hout, renunciaram em protesto; dizem que alguns outros estão pensando em fazer o mesmo. Hout disse que Arafat se transformou num autocrata cuja manipulação pessoal das finanças palestinas tem sido um desastre e pior, ele não prestava contas a ninguém. Eu não vejo mais que um punhado de pessoas, incluindo Arafat, (...) que estejam tomando decisões que afetam 6 milhões de pessoas. Não houve consulta e muito menos coordenação com Líbano, Síria e Jordânia.

Em artigo publicado no jornal *Al Hayat*, distribuído em Londres e no mundo árabe, Said afirma: (...) "Mais que qualquer outro povo, os palestinos têm sido vítimas de abusos por parte de todos os governos. Será que eles deveriam esperar práticas similares de líderes que nunca foram eleitos livremente nem nunca mostraram um espírito de auto-sacrifício e austeridade? Por que deveriam os palestinos já por demais pressionados nos campos de refugiados de Gaza e Líbano aceitar corrupção, padrões de lojas de Paris de um punhado de funcionários governamentais dirigidos de Túnis (sede da OLP)? Quanto tempo poderá Arafat simplesmente assegurar-se de sua

prerrogativa de estar no controle exclusivo dos contratos de construção, ajuda externa, compromissos lucrativos? Será que o lucro fácil e uma história de lealdade servil devem ser o único critério para admissão no serviço público? (...)"

Em outro artigo do jornal *Al Hayat*, Said conta que a direção da OLP vem sendo questionada dia a dia: "em Gaza em todo lugar líderes locais renunciavam à OLP, e seus próprios quadros estão cada vez mais descontentes. Todos reclamam da direção de Arafat; numerosas petições, missões (tais como aquela liderada por Haidar Abdel-Shafi a Túnis) e artigos na imprensa mantiveram uma pressão forte e constante para que Arafat mudasse seus métodos autocráticos e abrisse o processo de tomada de decisões. Nada disso teve o menor efeito. Neste momento, os palestinos, tanto os dos territórios ocupados quanto os da diáspora, devem enfrentar dois desafios centrais: o da direção e o de um planejamento sério de uma ação coletiva. Do contrário, terão de resignar-se a uma vida de opressão permanente, sem terra, sem ter voz sobre a formulação de seu próprio futuro, sem esperança, até mesmo sem orgulho (...) Está mais do que evidente que a hierarquia da OLP, incluindo Fatah e seus partidos associados, assim como seus prepostos nos territórios ocupados devem ser postos de lado".